



PODER

“Imensas dificuldades” para impeachment

Ministro Gilmar Mendes minimiza bandeira levantada por candidatos de direita ao Senado para derrubar magistrados do STF

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou, ontem, que a defesa do impeachment de integrantes da Corte, feita por candidatos ao Senado, deve ser vista, neste momento, como uma bandeira eleitoral. Para o decano, embora o tema tenha apelo entre parte do eleitorado, a transformação da promessa de campanha em uma iniciativa concreta encontraria dificuldades no ambiente político e institucional.

Gilmar Mendes avaliou que existe uma distância significativa entre defender o afastamento de ministros, durante a campanha, e conseguir efetivamente colocar a medida em prática. Segundo ele, o funcionamento das instituições e a dinâmica do Senado podem levar o assunto para um caminho diferente daquele apresentado pelos candidatos.

“Eu acho que, primeiro, é um equívoco, mas é um equívoco compreensível, porque certamente algumas pesquisas indicam que isso tem um apelo eleitoral. Entre o pensamento e a ação, o pensamento e o gesto, vai uma distância enorme”, disse, após evento em Brasília. “Certamente, se alguém com essa bandeira se tornar senador, ele terá imensas dificuldades de implementá-la. Por quê? Porque o todo institucional caminhará talvez num outro sentido.”

O impeachment de ministros do STF passou a integrar o discurso de diferentes candidaturas de direita que disputarão vagas no Senado. A atuação da Corte e decisões tomadas por magistrados também têm sido exploradas nas redes sociais como temas de campanha, ao lado de propostas relacionadas à anistia de condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e a mudanças no funcionamento do Judiciário.

Entre os candidatos que incorporaram críticas ao Supremo ao discurso eleitoral estão nomes como Gustavo Gayer e Oseias Varrão, em Goiás; Bia Kicis, no Distrito Federal; José Medeiros, em Mato Grosso; e Capitão Contar, no Mato Grosso do Sul.



Eu acho que, primeiro, é um equívoco, mas é um equívoco compreensível, porque certamente algumas pesquisas indicam que isso tem um apelo eleitoral. Entre o pensamento e a ação, o pensamento e o gesto, vai uma distância enorme”

Gilmar Mendes,
decano do STF

Presidenciável, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que também defende mudanças no Judiciário, propõe medidas como restrições às decisões monocráticas, quarentena para ministros antes de assumirem novos cargos e o fim do foro privilegiado para parlamentares.

O impeachment de ministros do STF tem sido uma das principais bandeiras da campanha do ex-governador Romeu Zema à Presidência da República. “Se Deus quiser, nós vamos ter renovação no Senado e impeachment desses ministros. E, se depender de mim, prisão”, enfatizou o candidato, ontem, em sabatina do SBT News.

Interferência

Sobre as eleições de 2026 e uma possível interferência dos Estados Unidos, Gilmar afirmou não estar preocupado e destacou a solidez da democracia brasileira. Para ele, cabe à Justiça Eleitoral preservar a confiança no sistema eletrônico de votação e responder a eventuais questionamentos sobre sua segurança.

Gustavo Moreno/STF



Apoio a discussão sobre diploma

» ALÍCIA BERNARDES
» EDUARDA ESPOSITO

Decano do STF, o ministro Gilmar Mendes comentou, ontem, sobre a possibilidade de o STF voltar a discutir a exigência de diploma para o exercício do jornalismo. A questão foi levantada pelos ministros Flávio Dino e Alexandre de Moraes durante julgamento na Primeira Turma.

Para o ministro, uma eventual revisão poderia ser considerada caso houvesse entendimento de que a atual regra compromete a qualidade da informação. “Nós produzimos uma decisão importante a respeito da dispensa do diploma de jornalista. Isso não significava, na verdade, dispensar formação.

As pessoas poderiam ter formações em diversas áreas. Mas podemos discutir, sim, se de fato se entender que há aí algum comprometimento da própria qualidade de informação”, ressaltou.

O magistrado afastou, porém, a possibilidade de relacionar uma mudança desse tipo aos acontecimentos recentes envolvendo um jornalista no Maranhão. “Não me parece que vamos ter um juízo definitivo a partir desses fatos e dessas circunstâncias, que são graves, ocorridas no estado do Maranhão.”

O STF dispensou a obrigatoriedade do diploma em 2009, em processo sob a relatoria do próprio Gilmar Mendes. O tema volta aos holofotes após a controversa operação policial autorizada pelo STF

contra o ex-secretário do governo maranhense Raimundo Cutrim, apontado como fonte do jornalista Luis Pablo, investigado sob suspeita de perseguição ao ministro Flávio Dino. O comunicador teve o computador apreendido, e conversas dele com a fonte foram acessadas pela Polícia Federal (leia mais na reportagem abaixo).

Indícios de crime

Gilmar também defendeu que medidas de investigação podem atingir prerrogativas profissionais quando houver indícios consistentes de crimes, sem que isso represse, necessariamente, uma ameaça à liberdade de imprensa. “É um fato de todo complexo,

que envolve uma série de crimes e de más práticas, daí a necessidade do combate. Todas as prerrogativas que se dão em relação às mais diversas profissões, por exemplo, à do advogado. A toda hora noticiam busca e apreensão em escritórios de advocacia, e isso acaba por restringir a liberdade profissional e o sigilo profissional. Isso pode ocorrer quando há elementos fortes indicando práticas de crimes”, comparou.

Durante a sessão no plenário da Suprema Corte, na terça-feira, Moraes e Dino defenderam que o STF reveja a decisão sobre o diploma de jornalismo. Moraes ainda argumentou que liberdade de imprensa “não é licença para praticar crimes”.

PF não vê indício de crime de jornalista

Victor Piemonte/STF



O ministro Alexandre de Moraes autorizou ações contra jornalista e fonte

» RENATO SOUZA

Relatório da Polícia Federal enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) aponta que não existem indícios para comprovar crime por parte do jornalista Luis Pablo, alvo de uma decisão que quebrou o sigilo da fonte do profissional no Maranhão. As diligências contra o comunicador foram abertas após pedido do ministro Flávio Dino e são conduzidas pelo ministro Alexandre de Moraes. O documento da corporação foi anexado ao processo que apura eventual perseguição a Dino durante viagem ao estado.

De acordo com o relatório da PF, foi identificado o recebimento de R\$ 100 mil por Luis Pablo, mas a investigação não foi capaz de apontar que o profissional recebeu os recursos em troca da publicação das reportagens. Por meio da quebra de sigilo do jornalista, a polícia chegou a Raimundo Cutrim, ex-secretário de

governo maranhense, que teria repassado ao comunicador detalhes sobre uso de carros oficiais por parte de Dino e de familiares do magistrado no estado.

A PF afirma que seria necessário ampliar a apuração para descobrir o que motivou a transferência de recursos. O sigilo de Luis Pablo foi quebrado por ordem de Moraes, sugerindo que ele teria recebido dinheiro para publicar mensagens contra Dino.

“Resta através do analisado a necessidade de maiores análises das mídias disponíveis, assim como tempo hábil para aprofundamento na mesma. Somado a esta necessidade, seria de suma importância a possibilidade de obtenção de extração de mídias presentes nos celulares ou outras formas de armazenamentos dos indivíduos mencionados nessa Informação Policial, visto que restaram lacunas a respeito da real intenção e motivo do depósito da quantia de 100.000,00 reais”, destaca

trecho do documento, revelado pela CNN Brasil e confirmado pelo **Correio** junto a fontes ligadas à investigação.

Além disso, PF é categórica ao afirmar que não identificou crime de perseguição contra Dino e que o jornalista recebeu informações e documentos por WhatsApp e por meio de encontros presenciais com a fonte. “Não se trata de acusar o jornalista do cometimento de tal crime, já que o mesmo, em tese, está acobertado pelo direito à liberdade de imprensa, amplamente reconhecido em nossos tribunais”, resalta o texto.

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, indicou que levará o caso para julgamento no plenário, mas não definiu uma data.

Entidades

Após a ação da PF contra Cutrim, na semana passada, entidades de imprensa mostraram preocupação com a medida. A

Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) classificou como “grave ameaça ao exercício do jornalismo”.

Em nota conjunta, a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) destacaram que as “ações judiciais que quebram o sigilo da fonte não têm amparo constitucional e abrem precedentes que ameaçam a liberdade de imprensa, amparada pela Constituição de 1988”.

“Casos de questionamentos a reportagens devem ser tratados dentro da lei, que prevê direito de resposta e indenizações. A violação do sigilo do profissional e de suas fontes leva a intimidações contra a imprensa que não condizem com o Estado Democrático de Direito e o livre exercício do jornalismo”, completou a nota assinada pelas três entidades.